



História da Historiografia: International
Journal of Theory and History of
Historiography

E-ISSN: 1983-9928

historiadahistoriografia@hotmail.com

Sociedade Brasileira de Teoria e História
da Historiografia

Sanches, Dalton

As escritas de (e sobre) Raízes do Brasil: possibilidades e desafios à história da
historiografia

História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography,
vol. 5, núm. 9, agosto, 2012, pp. 201-221

Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia
Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=597769697014>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

As escritas de (e sobre) *Raízes do Brasil*: possibilidades e desafios à história da historiografia*

The writings of (and on) *Raízes do Brasil*: possibilities and challenges to the history of historiography

Dalton Sanches

daltonsanches@gmail.com

Mestrando

Universidade Federal de Ouro Preto

Rua do Seminário, s/n – Centro

35420-000 – Mariana – MG

Brasil

Resumo

Este trabalho consubstancia-se como uma *tentativa* – palavra que no idioma alemão, *Versuch*, designa também *ensaio* – de identificar, por meio de um diálogo com parte da recente fortuna crítica de *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, elementos pontuais que evidenciam as modulações da historicidade da escrita e da própria disciplina histórica na primeira metade do século XX brasileiro. Como fio argumentativo, lançamos a hipótese segundo a qual a escritura daquela história, configurada pela forma ensaio, traz, na obra mesma, implicações que revelam particularidades do contexto nacional. Entre essas particularidades, encontra-se o fato emblemático de o próprio autor estudado se constituir como um “autor-ponte” de tais modulações logo após a publicação do livro de 1936. Destarte, além de identificar como as leituras e releituras de *Raízes do Brasil* se modificam na medida em que se alteram as perspectivas historiográficas, procuramos esboçar, como parte de pesquisa mais ampla, o modo como o próprio livro se metamorfoseia estruturalmente, num desafiante processo vivo de escritura e reescritura.

201

Palavras-chave

História da historiografia; Sérgio Buarque de Holanda; Escrita da história.

Abstract

This work presents itself as an *attempt* – a word that in the German language, *Versuch*, also means *essay* – to identify, through a historiographical debate with some of the recent criticisms of Sérgio Buarque de Holanda's *Raízes do Brasil*, the modulations of historicity of writing and historical discipline itself in the first half of the twentieth century in Brazil. The guiding line of our reasoning is the hypothesis that the writing of that history, set by the essay as form, brings, in the work itself, implications that reveal peculiarities of the national context. Among these peculiarities, we find the emblematic issue that the author becomes a kind of “bridge-author” of these modulations after the publication of the essay in 1936. Thus, in addition to identifying how the readings and re-readings of the book change vis-à-vis the changes in the historiographical perspectives, we draw out, as part of a broader research, the way it morphs itself structurally, in a challenging and living process of writing and rewriting.

Keywords

History of historiography; Sérgio Buarque de Holanda; History writing.

Enviado em: 5/11/2011

Aprovado em: 20/3/2012

* O eixo norteador dos problemas aqui delineados é parte de uma agenda investigativa mais ampla, qual seja: a partir da noção de ensaio histórico-sociológico, proporemos evidenciar as relações do gênero ensaístico com certa prática historiográfica da primeira metade do século XX brasileiro,

Pode-se considerar, talvez, que um dos primeiros textos a dar relevo ao livro de estreia de Sérgio Buarque de Holanda fora escrito em 1967, quando Antonio Candido, com seu “Prefácio”, já na altura da quarta edição do ensaio, traz a lume o embrião do texto tal qual conheceremos a partir da quinta edição: “O significado de *Raízes do Brasil*” (1969). Desde então, colam-se um ao outro, prefácio e obra, a ponto de, num diapasão temporal de quase quarenta anos – considerando a edição comemorativa dos 70 anos de *Raízes do Brasil*, publicada em 2006 pela Companhia das Letras –, ver-se instituir um processo mútuo e dinâmico de canonização. Pois, como é sabido, as subseqüentes edições da referida obra nunca deixam de vir acompanhadas do prefácio, fazendo com que este se tornasse incontornável a qualquer estudo que viesse a tratar daquela.¹ É ainda digno de nota o fato de que, além do destaque dado a *Raízes do Brasil*, são contempladas as obras *Casa grande e senzala* e *Formação do Brasil contemporâneo*, de Gilberto Freyre e Caio Prado Jr., respectivamente; compondo assim a famosa tríade daquilo que se concebeu genericamente como *pensamento social brasileiro*. Dos “intérpretes do Brasil”, pois, Antonio Candido se tornara uma espécie de “testemunho de geração”. Logo nas primeiras linhas de “O significado de *Raízes do Brasil*” percebe-se o tom de balanço geracional, cujo teor discursivo tem pretensões claras de estabelecer certo distanciamento

202

perscrutando tanto suas interseções com outras formas discursivas quanto com os aspectos críticos do método histórico. A pesquisa buscará realizar um estudo da obra *Raízes do Brasil*, considerando-a na historicidade que circunscreve a publicação das suas primeiras três edições (1936, 1947, 1955), pois, como é sabido, o livro sofre transformações significativas ao longo dos quase vinte anos em que transcorrem as referidas edições. Sugerimos, portanto, que, nesse percurso, a obra em foco condensa as principais tensões que caracterizaram o itinerário do ensaísmo como forma de escrita na historiografia brasileira do período, desde o seu vigor, primeiras décadas do século XX, até o suposto declínio, década de 1950, de seu estatuto epistemológico enquanto forma plausível de representação do tempo da nação. Este trabalho, sob orientação do Prof. Dr. Fernando Nicolazzi, é integrado ao Núcleo de Estudos em História da Historiografia e Modernidade (NEHM) e apoiado pelo programa de bolsas da Universidade Federal de Ouro Preto.

¹ O “comentário”, em si um “ato ilocucionário” – uma vez que ele indica certa intencionalidade de produzir certos efeitos –, é, em certa medida, responsável pela canonização dos chamados grandes textos, pois, segundo a paradoxal análise de Foucault, uma forma de *repetição inédita* instaurada pelo comentador, permite construir novos discursos sobre determinada obra. Grosso modo, o que já estava lá – mas silenciado – é trazido à tona pela força ilocucionária daquele. “[...] uma mesma e única obra literária pode dar lugar, simultaneamente, a tipos de discursos bem distintos [...] o desnível entre texto primeiro e texto segundo desempenha *dois papéis que são solidários*. Por um lado permite construir, indefinidamente, novos discursos: o fato de o primeiro texto pairar acima, sua permanência, seu estatuto de discurso sempre reatualizável, o sentido múltiplo ou oculto de que passa por seu detentor, a reticência e a riqueza essenciais que lhe atribuímos, tudo isso funda uma possibilidade aberta de falar. Mas, por outro lado, o comentário não tem outro papel, sejam quais forem as técnicas empregadas, senão o de dizer enfim o que estava articulado silenciosamente no texto primeiro. Deve, conforme um paradoxo que ele desloca sempre, mas ao qual não escapa nunca, dizer pela primeira vez aquilo que, entretanto, já havia sido dito e repetir incansavelmente aquilo que, no entanto, não havia jamais sido dito” (FOUCAULT 1996, p. 24-25). Para Gérard Genette, o prefácio pode ser compreendido como um exemplo de “paratexto”, dispositivo localizado dentro e fora dos livros, que, por meio de recursos discursivos tais como títulos, epígrafes, notas, além dos variegados tipos de prefácio, funda uma complexa mediação ilocucionária (implícita ou explícita) entre autor, editores e leitores, capaz de, às vezes, imprimir na obra uma dada “verdade”, orientando uma via de leitura considerada a correta. Ao tratar de um tipo específico de paratexto, o “prefácio alográfico” [*allographic preface*], o teórico e crítico literário observa: “Basicamente, as funções do prefácio alográfico coincidem em parte com – mas ao mesmo tempo acrescentam certa especificidade – as funções do prefácio autoral original (promover e orientar a leitura da obra), pois as funções características dos prefácios autorais posteriores e atrasados dificilmente caem no terreno de um escritor de prefácios alográficos [*an allographic preface-writer*] (doravante referidos simplesmente como *escritores de prefácios*). As especificações acrescentadas são, obviamente, atribuíveis à mudança no emissor, pois dois tipos de pessoas não podem executar exatamente a mesma função. *Aqui, portanto, panegíricos ao texto tornam-se uma recomendação, e informações sobre o texto tornam-se uma apresentação*” (GENETTE 1997, p. 264-265, grifo e tradução nossos).

em relação ao passado no qual foi concebido o livro, fazendo com que este se manifeste como um *documento histórico* daquele período, assim como o registro de uma determinada “visão de mundo”.² Em suma, uma das maiores contribuições do texto do crítico literário foi ter elevado a inflexão intelectual empreendida naquela obra a um patamar que, somente algumas décadas depois, mereceu destaque nos estudos que a complexificariam ainda mais. Por exemplo, trazer à baila o uso que Sérgio Buarque de Holanda faz da teoria de Weber, do qual, nas palavras de Candido, aquele toma de empréstimo para construir a sua “metodologia dos contrários”, bem como empreender reflexões sobre um estudo que se pautou pela “compreensão”, em sua acepção teórica alemã [*Verstehen*], foi fundamental para a reabilitação de *Raízes do Brasil* trinta e um anos depois da publicação de sua primeira edição.³

A partir de meados da década de 1980, pois, começa a se delinear certa ampliação dos estudos críticos e coletâneas acerca da produção do autor. Dentre estas, podemos mencionar a obra *Sérgio Buarque de Holanda*, inserida na antologia *Grandes cientistas sociais* (1985), cuja organização é realizada pela historiadora Maria Odila Leite da Silva Dias, a qual também toma a frente do prefácio ao livro. O mérito da autora está no fato de ter concentrado sua investigação na trajetória intelectual de Holanda. Extrapolando as fronteiras de *Raízes do Brasil*, buscou relacioná-la com as outras obras do historiador, ao passo que mapeou o representativo desenvolvimento da sua concepção de

² Ver CANDIDO 2006, p. 235; 1967; 1969.

³ Vale frisar que um estudo das primeiras recepções de *Raízes do Brasil* – aí certamente uma lacuna bibliográfica – será futuramente contemplado na pesquisa que vimos desenvolvendo. Nesse sentido, alguns estudos têm se debruçado sobre a mais recorrente polêmica a que suscitou a obra no ato da publicação de sua segunda edição (1947), qual seja, as querelas entre Sérgio Buarque e o poeta Cassiano Ricardo em torno do conceito de “homem cordial”. Para tal, ver, entre outros, ROCHA 1998; MONTEIRO 1999, p. 201 e *passim*; WEGNER 2000, p. 52-67 e DE DECCA 2006, p. 145-159. Convém pontuar ainda que a afirmação sobre tal reabilitação do livro de Holanda, em alguma medida viabilizada pelo texto de Antonio Candido no contexto da universidade, está fundamentada no fato de este ter contribuído para atenuar certa *ordem do discurso* – que, ao longo das décadas de 1950 e 1960, registrava *Raízes do Brasil* e, *lato sensu*, as obras dos ditos “intérpretes do Brasil” como liberais; visão de mundo de setores da classe média brasileira. Ora, para além das fronteiras políticas e ideológicas, essa conjuração se impunha ainda no âmbito institucional e metodológico: num obstinado esforço por estabelecer os parâmetros definidores dos pressupostos que, doravante, deveriam alicerçar novas explicações sobre a realidade brasileira, isto é, os da sociologia tal como praticada na Universidade de São Paulo, autores como Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso procuraram, por todas as vias, desviar-se das abordagens postas em curso pelos seus predecessores “intérpretes”. O segundo autor, por exemplo, objetiva inserir seu trabalho numa perspectiva de se criar “um modelo para a carreira universitária e para a produção intelectual [na qual emergem] esforços para substituir a tradição ensaística brasileira pela sociologia [através da] feitura de teses de mestrado e doutoramento” (CARDOSO *apud* NICOLAZZI, 2008b, p. 107). Ao tratar do tema da mestiçagem, Octavio Ianni diz: “inicialmente ensaístas, historiadores etc., *mais ou menos objetivos*, preocuparam-se com o assunto, defendendo, evidentemente, posições distintas em face do problema” (IANNI 1966, p. 68, grifo nosso). Extrapolando o âmbito da sociologia, já um pouco mais tarde, uma das críticas mais contundentes, e não menos problemática, vem, todavia, do discurso historiográfico. Em sua tese de livre-docência defendida na USP, em 1975, o historiador Carlos Guilherme Mota, ao discorrer sobre a obra de Gilberto Freyre, afirma que o ensaísmo deste se configurava de forma impressionista e sedutora, chegando a ofuscar mentes brilhantes como a do francês Fernand Braudel. De acordo com Mota, o historiador dos *Annales* “o considerava [Freyre] ‘de todos os ensaístas brasileiros o mais lúcido’” (MOTA 1994, p. 59). Mais ainda, à escrita do autor de Apipucos coube o papel de *refletir* a lenta modernização do Nordeste, conjugada ao mandonismo senhorial: “A própria crise vivida como que lhe impede articular uma história e ensaiar a formalização de uma cronologia, estabelecendo uma periodização plausível através da qual se percebam os marcos do processo de decomposição de uma aristocracia rural. Nessa medida, o ensaísmo não surge apenas como o terreno ideal, mas como o discurso possível. O resultado, avaliado em termos de produção, se constitui em uma oscilação entre a saga da oligarquia e o desnudamento da vida interna do estamento ao qual pertence [...]” (MOTA 1994, p. 55).

história: como, desde as posteriores edições do livro de estreia de Sérgio Buarque, publicadas em concomitância com *Monções* e *Caminhos e fronteiras*, até obras da década de 1950, como, por exemplo, *Visão do paraíso*, foi tornando cada vez mais caro a ele certa ambição de profissionalização da disciplina no contexto brasileiro. Como veremos a partir dos trabalhos mais recentes, entre as décadas de 1940 e 1950, presencia-se todo o empenho do historiador no sentido de aproximação com a historiografia estritamente acadêmica, principalmente a francesa e a norte-americana.

Um outro aspecto relevante da abordagem de Maria Odila é o que toca – a nosso ver, pela primeira vez – na questão do estilo narrativo buarquiano. O esforço de empreender uma abordagem tanto “externa” como “interna” da obra do historiador, imprime ao prefácio dedicado a essa coletânea um fator diferencial em relação aos muitos trabalhos que virão a lume anos depois.⁴ A *compreensão hermenêutica sob o ponto de vista da historicidade*, para ecoarmos o texto capital de Hans G. Gadamer, ao qual a historiadora faz menção, impelia o autor a rejeitar a hermenêutica romântica para, “[...] enquanto homem de seu tempo, [tornar-se] observador participante dos valores de outras épocas” (DIAS 1985, p. 20-21). Tal postura, anunciada já nos interstícios de *Raízes do Brasil*, requeria, a partir do jogo insinuante entre o particular e o geral, uma forma narrativa fluida – tal como a “natureza” do ensaio – que caminhasse *pari passu* com as múltiplas temporalidades lá inscritas. Quanto a isso, Dias afirma que, entre os vários procedimentos adotados pelo historiador, a partir de sua “busca de um equilíbrio difícil entre a palavra e os conceitos” (DIAS 1985, p. 22), o mais instigante diz respeito ao efeito provocado pelo emprego de certas expressões e vocabulários já em desuso, inscritos nos documentos do período colonial,⁵ e cuja intenção, quiçá, fosse instaurar uma espécie de “discurso indireto livre”, no qual “voz” e “visão” do ensaísta se justapõem às “vozes” e “visões” daqueles sujeitos históricos, ao mesmo tempo em que os insere em movimentos mais amplos.⁶

Dois anos após a publicação da obra supracitada, vem a lume o também incontornável artigo de George Avelino Filho, que, seguindo as trilhas de Candido, procura estabelecer parâmetros entre a fase do jovem modernista e a de

⁴ A mesma autora aprofunda a questão do estilo buarquiano em DIAS (1988), no qual estabelece diálogo de alta envergadura teórica com autores vinculados a linhas interpretativas da hermenêutica contemporânea. Para curioso depoimento sobre a demasiada preocupação com o estilo de escrita durante toda a vida intelectual, ver texto do próprio historiador, HOLANDA (1979). “Só aos poucos me fui compenetrando da necessidade de melhor trabalhar minha linguagem, ao menos a linguagem escrita (sem dar, no entanto, a impressão de coisa trabalhada), de modo a que a comunicação se fizesse sem estorvo. Depois disso, a verdade é que não faltou quem me acusasse de cuidar em demasia do bem escrever. Acredito, no entanto, que semelhante preocupação, onde ela existe, pode ser, em muitos casos, condicionada, e no meu ela o tem sido com certeza, pelas limitações de quem, exatamente pelo fato de não se sentir o que se chama um escritor de raça, em outras palavras, por saber que é incapaz de expressar-se, ao correr da pena, nos termos mais adequados, se vê obrigado a procurar suprir essa deficiência pelo exercício de uma vigilância constante sobre a própria dicção, embora sujeitando-se ao perigo de torná-la por vezes artificiosa” (HOLANDA 1979, p. 17-18).

⁵ Ver DIAS 1985, p. 22-23 e *passim*.

⁶ Percebe-se na análise da autora a ênfase nos ditos traços historicistas da obra buarquiana. Impactado pelas propaladas lições do historiador alemão Friedrich Meinecke, afirma Maria Odila: Sérgio Buarque “não aceitava uma escala uniforme de desenvolvimento político para todos os povos. Reagir contra a influência de autores que estimulavam entre nós esta noção mecanicista de progresso, é que o levou a perscrutar, no passado, o devir das formas peculiares e específicas de cada povo” (DIAS 1985, p. 10).

Raízes do Brasil. Avelino Filho sugere que esta deva ser vista menos como “uma obra de transição, onde o historiador e pesquisador sistemático ainda não predominam sobre o jornalista e crítico literário modernista”, do que como “um *momento de síntese* de todo um período rico em atividades” (AVELINO FILHO 1987, p. 33, grifo nosso). À guisa de conclusão de seu artigo, o autor chama a atenção, em forma de perguntas, para a relevância de se recuperar os trabalhos de Sérgio Buarque de Holanda no âmbito de pesquisas sistemáticas. Curiosamente, muitas de suas indagações irão consubstanciar-se em importantes pesquisas somente algumas décadas depois.⁷

O problema da busca de “influências” ainda é muito patente nos trabalhos até aqui considerados. Principalmente no que toca Max Weber no famigerado livro de 1936. Ora, parece-nos que, de fato, nos trabalhos mais recentes, como veremos, procura-se, sim, sublinhar as comunidades de discurso com as quais os enunciados dos textos interagem, mas ao mesmo tempo busca-se clarificar mais sistematicamente como o tomado de empréstimo “joga” e “negocia” com o “emprestador”.⁸

Após considerações acerca dos três fundamentais textos sobre o autor em questão (escritos ao longo de vinte anos!), frisemos, enfim, que será somente na década de 1990, portanto, que os trabalhos de pesquisa sobre a sua obra começam gradativamente a proliferar no meio acadêmico brasileiro, conduzindo toda uma nova geração às sendas abertas às possibilidades que tal produção suscita.

205

Escritas sobre a escrita da história, conceitos e experiência temporal em *Raízes do Brasil*

No âmbito da crítica literária e da literatura comparada, o estudioso da obra de Sérgio Buarque, João Cezar de Castro Rocha, é um desses autores da nova geração que nos oferece subsídios renovadores para pensarmos na possibilidade de um estudo produtivo sobre *Raízes do Brasil*, principalmente no que tange a sua escrita. A contribuição criteriosa que o autor oferece ao velho debate acerca da noção de *cordialidade* na cultura brasileira vem de seu livro *Literatura e cordialidade* (1998). Tal obra é decisiva na medida em que investiga a produção literária no Brasil a partir de uma releitura da aludida noção. Com o

⁷ “De que forma a viagem à Alemanha e o contato com a chamada ‘tradição culturalista’ alemã influencia a concepção e realização de *Raízes do Brasil*? Em que medida as preocupações do Sérgio modernista encontram nesta tradição a ponte necessária para o Sérgio cientista social? A influência de Weber, por exemplo, limitar-se-ia à utilização dos tipos ideais? E Meinecke, de quem assiste às aulas, e é profundo conhecedor do historicismo?” (AVELINO FILHO 1987, p. 41). Para organizações que trazem especificamente alguns dos importantes textos da fase do jovem Sérgio Buarque, as quais contribuem na ampliação de fontes inéditas compreendidas no terreno ainda pouco explorado do momento anterior a *Raízes do Brasil*, ver HOLANDA (1989; 1996).

⁸ “Os estudos da influência são de menor interesse ao menos que abordem a questão do funcionamento diferencial de ideias comuns em diferentes textos e corpus, e ainda o intento de destronar a um ‘grande’ reinante deve fazer frente ao problema de interpretar suas obras em toda sua complexidade. Com demasiada frequência, tomar como ponto central a comunidade de discurso conduz o historiador a limitar a investigação a figuras menores ou aspectos muito restringidos e fora de situação do pensamento de uma grande figura, por exemplo, o elitismo em Nietzsche, o utopismo em Marx e o biologismo em Freud. Ademais, as mesmas ‘comunidades’ delimitadas nas quais participam importantes intelectuais modernos podem estar mais constituídas pelos mortos ou os ausentes que pelos vivos ou os presentes” (LACAPRA 1998, p. 270, tradução nossa).

resgate desse conceito como ferramenta de análise da cultura e sociedade brasileira, Castro Rocha reflete sobre a peculiar formação da literatura nacional e de um público leitor, tendo em vista as vicissitudes dos espaços público e privado, eivados, por assim dizer, das relações cordiais; sem deixar, contudo, que este conceito caia, como ainda acontece em muitas das análises, numa conotação negativa ou positiva *a priori*. João Cezar de Castro Rocha põe em evidência os mecanismos narratológicos das obras literárias por ele confrontadas, articulando-os com os múltiplos campos discursivos em vigor no Brasil oitocentista e comparando-os com o campo discursivo europeu. Valendo-se das novas perspectivas abertas pela crítica literária e pelas teorias da estética da recepção, bem como da história dos conceitos koselleckiana, o crítico demonstra como a “recepção quase pragmática” dos textos literários e o veto do ficcional funda uma formação social peculiar no Brasil, se relacionada à experiência europeia.⁹ Para esse autor, o conceito de cordialidade e suas consequências são ainda tão pulsantes na vida social e cultural brasileira, que, trazendo-o como categoria analítica para o estudo das primeiras recepções da própria obra de Holanda, ele constata, mediante a leitura comparada das suas três primeiras edições, como as mudanças suscitadas pelas polêmicas em torno do conceito, no livro, denunciam um sintoma da peculiar formação da sociedade brasileira: o mecanismo da cordialidade.

206

O significado do conceito de *homem cordial* recebe ainda privilegiado tratamento analítico em *A queda do aventureiro* (1999), ao passo que conduz também todo o eixo argumentativo de suas páginas. Seu autor, Pedro Meira Monteiro, investiga os pressupostos teórico-conceituais e metodológicos que alicerçam *Raízes do Brasil*, esmiuçando a miríade de significados sobre tais pressupostos condensados no texto. Diferentemente de João Cezar de Castro Rocha, a postura de Monteiro em relação àquele conceito é mais distanciada, por assim dizer. Ele o analisa em seu funcionamento na obra mesma e como o *ethos* crítico de Sérgio Buarque o encarava no passado colonial brasileiro e mesmo em seu presente; enquanto que em Castro Rocha há uma relação dinâmica entre categoria heurística e conceito propriamente dito, uma vez que, para ele, o conceito ainda hoje vigora como ferramenta de investigação de certos aspectos socioculturais brasileiros. Ao decompor, em sua análise, o capítulo do ensaio que versa sobre a cordialidade, Monteiro estabelece relações entre a postura weberiana de lidar com os procedimentos científicos – entre os quais a chamada *neutralidade axiológica* – e a forma como o historiador brasileiro também se posicionava ao aplicar o conceito

⁹ “Procurei evidenciar a relação entre o primado da cordialidade, a conciliação como código-metáfora, a recepção quase pragmática, a auditividade, a subordinação da imaginação a dados ‘factuais’ e o reinado do bacharel. Em suma, tais elementos representam formas conservadoras de responder à instabilidade das condições oitocentistas. Estas formas obtiveram um êxito pragmático indiscutível na constituição de nossa formação social. Menosprezá-las em função de seu caráter conservador acarreta consequências práticas graves” (ROCHA 1998, p. 203).

por ele próprio consagrado.¹⁰ Aliás, em se tratando de Max Weber, o autor de *A queda do aventureiro* empreende uma reflexão capaz de matizar a tão propalada verve weberiana em *Raízes do Brasil*, principalmente em sua primeira edição, uma vez que o próprio historiador vai, ao longo da segunda e terceira edições, acrescentando notas explicativas cujo fim é relativizar suas apropriações do autor d'A *Ética protestante e o espírito do capitalismo*.¹¹

É pertinente ressaltar que a obra de Pedro Meira Monteiro despontará como um dos mais importantes interlocutores de nossa pesquisa, na medida em que empreende um esforço metodológico de também cotejar as primeiras edições de *Raízes do Brasil*, e cujo intuito é perscrutar, através da análise narratológica do ensaísmo buarquiano, as mudanças de termos e conceitos, os quais, por sua vez, sugerem mudanças no foco analítico do autor. Mudanças essas que refletem posições éticas e políticas, mas que, outrossim, refletem certos matizes quanto aos aparatos de erudição, notas de rodapé, por exemplo, e às apropriações teóricas e metodológicas de autores estrangeiros.¹² Em outros termos, dessas gradativas modulações de consciência histórica e historiográfica – entendida como prática profissional e matriz disciplinar – pode-se revelar, da posição de “autor-ponte”¹³ em que se encontrava o historiador brasileiro, nuances de uma conjuntura historiográfica mais ampla, como veremos na próxima seção.

Podemos certamente afirmar que tanto o trabalho de João Cezar de Castro Rocha como o de Pedro Meira Monteiro têm o mérito de contemplar simultaneamente o aspecto “documentário” e o “ser-obra” de *Raízes do Brasil*. Pois, mesmo que ainda seja um livro capaz de testemunhar estruturas de consciência e visões de mundo de um determinado clima histórico, ele condensa em si a incessante força de questionar toda e qualquer interpretação, seja essa a mais sofisticada e questionadora.¹⁴ Assim sendo, os estudos de Monteiro enfrentam o desafio de *suspend*er da tradição interpretativa acerca do livro um “‘grande’ reinante”, qual seja, Max Weber e os seus tipos ideais: o estudioso marca esse corte mediante o estabelecimento dos usos e os limites,

207

¹⁰ “A ausência de um juízo ético na inteligência da história, evitando transformá-la em *tábula rasa* para os desejos e as inclinações caprichosas do historiador, é [...] uma diretriz imprescindível da teoria weberiana. E também ela, note-se, estaria presente na orientação das investigações de Sergio Buarque, desde *Raízes do Brasil* até aos estudos posteriores. Na mais conhecida polêmica em torno do ‘homem cordial’, envolvendo o autor de *Raízes do Brasil* e o poeta Cassiano Ricardo, Sergio Buarque procurava esclarecer que, com a ‘cordialidade’, pretendia apenas salientar o império dos ‘sentimentos privados ou íntimos’ na história social brasileira, eliminando, ‘deliberadamente, os juízos éticos e as intenções apologéticas a que parece inclinar-se o Sr. Cassiano Ricardo, quando prefere falar de ‘bondade’ ou em ‘homem bom’” (MONTEIRO 1999, p. 201).

¹¹ Ver HOLLANDA 1936, p. 114-115; 1947, p. 228-229.

¹² Ver MONTEIRO 1999, p. 39;49; 80; 275 e *passim*.

¹³ Cumpre destacar que a ideia de “ponte”, na qual nos inspiramos aqui – e que, como veremos adiante, será reelaborada e desenvolvida por outros autores – encontra-se aventada no texto da discípula e ex-assistente de Holanda na cátedra de História de Civilização Brasileira: “Há uma ponte na [sua] formação intelectual [...] entre a militância modernista e a vocação de historiador, que valeria a pena ser mais esmiuçada” (DIAS 1985, p. 11).

¹⁴ Essa dupla dimensão constituinte de um “texto complexo”, qual seja, “documentária” e “ser-obra” é oferecida por Dominick LaCapra: enquanto a primeira cumpre a função essencial da referencialidade, a segunda, por sua vez, estabelece uma interseção entre uma tradição prolongada e o tempo específico, aquele no qual o seu intérprete realiza, numa fusão de horizontes, leituras que vão ao encontro das continuidades e rupturas com essa mesma tradição. A irredutibilidade do ser-obra diante de outras dimensões do texto, enquanto apenas referenciais, requer do intérprete capacidade imaginativa e crítica, na medida

para o específico caso brasileiro, de uma grande teoria desenvolvida por uma comunidade discursiva distinta, em temporalidades e espacialidades não menos distantes. No caso de Castro Rocha, investigar a força histórica do conceito de cordialidade no tempo presente, sem, contudo, tomá-lo aprioristicamente, e confrontá-lo com os múltiplos campos discursivos do universo das letras oitocentista, fez com que o crítico evitasse que sua análise se limitasse a certos aspectos bastante restritos se considerados no conjunto dos textos, incluindo aí *Raízes do Brasil*. Ora, se o referido conceito possuiu sua historicidade e mobilidade diante das configurações e jogos sociais, por que então se pretende, na maioria dos casos, exigir uma tomada de posição, positiva ou negativa, em relação ao mesmo?¹⁵

Outra obra que propõe, na esteira de *A queda do aventureiro*, uma releitura comparada da obra capital do historiador brasileiro, tendo em vista as “influências” de Weber para além dos tipos ideais – como sugere Avelino Filho –, é *A conquista do Oeste* (2000). Robert Wegner, seu autor, dilata, grosso modo, o dilema central que percorre todo o pensamento de nosso autor, desde suas primeiras crônicas, em que discutia a questão do americanismo, até a sua tese de doutoramento, *Visão do paraíso*, a saber: a tensão caracterizada pela experiência temporal entre *tradição* e *modernização*. Para o entendimento do estudo que Holanda realiza a respeito do empreendimento colonizador rumo ao Oeste brasileiro, Wegner estabelece aproximações entre a tese da fronteira, do norte-americano Frederick Jackson Turner, e as reflexões, já inscritas em *Raízes do Brasil*, acerca da colonização nos trópicos, bem como da adaptação de uma civilização adventícia em *terras brasilis*. Segundo as conclusões a que chega Wegner, os anseios de Sérgio Buarque de Holanda no que se referem ao desenvolvimento estrutural do país, já nos idos de 1950, estavam em harmonia com as reflexões que empreendia sobre as formas peculiares da colonização ibérica no Novo Mundo. Da forma como havia ocorrido na exploração rumo ao Oeste brasileiro, onde presenciou-se, em seus primeiros momentos, a adoção da cultura e das técnicas indígenas por parte dos adventícios, o historiador vislumbrava, para o momento no qual escrevia, condições de possibilidade para que semelhante movimento pudesse efetivar-se, ali onde o americanismo (sinônimo de modernização e racionalidade) haveria de realizar-se por

em que, a partir do *efeito* extraído dessas continuidades e rupturas interpretativas, o texto comprova seu caráter gregário e ao mesmo tempo conflitante. Pois, como assevera LaCapra, um grande texto possui também sua força autoimpugnadora, tanto em relação àquele tipo de interpretação que deseja circunscrevê-lo em contextos determinados, sem problematizá-los, quanto em relação ao desejo de fechá-los em ideias e “estruturas de consciências”, sem ao menos investigar quais os mecanismos de funcionamento destas na linguagem do próprio texto. Nas palavras do referido autor: “O ser-obra é crítico e transformador, porque desconstrói e reconstrói o dado, em um sentido repetindo-o, mas também trazendo ao mundo, nessa variação, modificação ou transformação significativa, algo que não existia antes. Com enganosa simplicidade, poderíamos dizer que enquanto o documentário assinala uma diferença, o ser-obra constitui uma diferença, que compromete o leitor em um diálogo recreativo com o texto e os problemas que coloca” (LACAPRA 1998, p. 246, tradução nossa).

¹⁵ Como afirma Castro Rocha: “No universo do homem cordial, estamos lidando com esferas autônomas, embora a esfera privada determine o tom das relações sociais. Esta ressalva também importante para esclarecer que, em nenhum momento, considero a cordialidade um valor positivo ou negativo *a priori*. Independentemente do polo privilegiado, tal perspectiva condena o trabalho crítico a uma monótona confirmação de seus pressupostos” (ROCHA 1998, p. 172, grifo no original).

intermédio do iberismo (sinônimo de tradição e pessoalidade), sem um elemento excluir o outro. Dessa forma, Wegner sugere que, mediante tal dinâmica, Sérgio Buarque de Holanda acreditava poder-se assomar no país uma temporalidade cuja dinâmica engendraria uma forma de democracia diferenciada daquelas dos países europeus.

Quanto à questão em torno de Weber, no segundo capítulo de sua obra, intitulado "Um autor relê seu livro", Robert Wegner aborda, mediante o cotejamento das duas primeiras edições de *Raízes do Brasil*, dois tipos fundamentais de modificações efetuadas pelo historiador paulista: as ressalvas ao empréstimo das teses inscritas em *A Ética protestante e o Espírito do capitalismo* e a eficácia explicativa do legado ibérico para a história do Brasil.¹⁶ Embora o autor admita não ter tido pretensões de realizar uma comparação sistemática entre o livro de 1936 e os outros, ainda assim constitui-se como interlocutor das nossas perquirições, pois, num texto sugestivamente intitulado "Um ensaio entre o passado e o futuro", incluído na edição comemorativa dos 70 anos de *Raízes do Brasil*, Robert Wegner amplia os argumentos expostos no segundo capítulo do seu livro. Dessa vez, contudo, o faz dando maior ênfase ao aspecto narrativo do texto de Sérgio Buarque de Holanda. Aí, parece-nos, há uma relação dinâmica, um movimento de ida e vinda, por assim dizer, entre uma análise ora "internalista", ora "externalista", ou, para retornarmos uma vez mais às reflexões de Dominick LaCapra, um trânsito entre o caráter documentário e o ser-obra *Raízes do Brasil*. Valendo-se do famoso livro de Georg Lukács, *A alma e as formas*, e do célebre texto "O ensaio como forma", de Adorno, o autor almeja demonstrar como Sérgio Buarque de Holanda se aproveita dos recursos que o gênero proporciona, bem como das estratégias textuais e discursivas das quais lança mão, para dotar de movimentos incessantes os fenômenos que analisa; contrariando, dessa maneira, muitos dos estudos postos em curso no pensamento histórico brasileiro até então, os quais encaravam certos eventos e conceitos de forma estática, bem como imprimiam nas análises dos comportamentos e conduta sociais "traços psicológicos" inexoráveis da formação sociocultural brasileira.¹⁷ Consciente, talvez, das contingências dos fenômenos sociais e do caráter fragmentário e

¹⁶ "Os acréscimos e ressalvas feitos, para a edição seguinte, na mesma nota de rodapé podem, de modo geral, ser encarados como a inclusão das 'reelaborações que os pensadores não alemães' deram à obra de Weber, ausentes da argumentação central de *Raízes* [...]" (WEGNER 2000, p. 59). É de extrema relevância avultar que, com tais considerações, o autor nos impele a meditar acerca da probabilidade de Sérgio Buarque, nesse momento, estar *caminhando para um paulatino processo de profissionalização*. Poderíamos ainda arriscar na sugestão de que o autor pudesse estar ampliando sua comunidade de discurso a partir do contato com "pensadores não alemães" ou, no limite, poderia, como aventou João Cezar de Castro Rocha (2004 p. 124), estar passando por um processo de "desgermanização" de sua perspectiva histórica. Lembrando que na altura da segunda edição de *Raízes do Brasil*, 1947, Holanda tivera já travado contato intenso com a chamada "missão francesa", na extinta Universidade do Distrito Federal, onde fora professor assistente de Henri Hauser.

¹⁷ Para atermo-nos a apenas um exemplo, poderíamos nesse sentido pensar na "tristeza brasileira", categoria consagrada pelo também ensaísta e mecenas do modernismo Paulo Prado. Em seu *Retrato do Brasil*, tal "traço", constituindo-se como uma espécie de característica silenciada do povo brasileiro, é catapultado para os primórdios da colonização lusa, lá onde, se perscrutado historicamente, avultaria como um diagnóstico das mazelas ou – dependendo do foco de análise – das potencialidades da formação social brasileira. Ver PRADO (1928).

lacunar da apreensão histórica, Holanda, sugere Wegner, operava em sua narrativa com “ângulos de visão” variados e múltiplas perspectivas. Por meio da apropriação das figuras de linguagem inscritas no texto de Lukács, diz o estudioso:

Sérgio Buarque construiu uma narrativa na qual alterna a descrição de eventos particulares com generalizações interpretativas, numa operação que considero semelhante a um constante abrir e fechar dos olhos [...] o autor analisa suas generalizações a partir de diferentes perspectivas, ora lhes atribuindo sinal positivo, ora negativo, lembrando uma variação no ângulo de visão [...] e, comparando com o que seria um olhar para trás com um olhar adiante, o livro chama a atenção para mudanças avassaladoras na sociedade brasileira e, ao mesmo tempo, recupera elementos da tradição (WEGNER 2006, p. 337).

Ocorre que essa visualidade configurada em escrita necessita da parte do ensaísta um esforço extremo de exercício mnemônico, no qual o que se “vê” sobre *restos textualizados do passado* (LaCapra) deve se tornar parte viva da instância daquele que viu e está compreendido na dimensão habitada do presente. Ao falar de um “tempo homogêneo” na escrita da história em *Casa grande e senzala*, e, curiosamente, lançando mão também da metáfora visual, conjectura Fernando Nicolazzi:

Lucien Febvre captou de modo conciso uma das características fundamentais da escrita de CG&S: “um dom impressionante de visão e ressurreição”. No caso de Freyre, ambos os fenômenos convergem para a tarefa de representação dos tempos de outrora: escrever o passado é escrever o que foi visto e o que ainda se vê, mesmo que por olhos de outrem; é torná-lo, uma vez mais, algo presente e vivo, ressuscitado pelo texto que representa o próprio passado. Como fica evidente na experiência da viagem e no uso que faz dos relatos de viajantes, sua escrita, antes que das mãos, nasce dos olhares. Sobretudo, para falar como Santo Agostinho, em se tratando da experiência patriarcal da formação histórica da sociedade brasileira, Freyre vê com seus olhos e com olhos alheios, mas definitivamente enxerga com sua alma, que acaba por fazer as vezes de memória. É como se aquilo que ele visse, na medida mesma em que é visto, de fato *existisse*. Gilberto desenvolve uma concepção particular de tempo tripartite, segundo a qual, para além de qualquer ruptura, o que fica evidente é a ligação íntima entre passado, presente e futuro (NICOLAZZI 2008b, p. 262-263).

Para o caso de Sérgio Buarque de Holanda, a análise de Robert Wegner tangencia com perspicácia as linhas acima expostas. Ouçamo-lo:

Ao contrário de constituir uma narração do suplantar da tradição e do alvorecer e consolidar do moderno no país – ou da substituição da cordialidade pela civilidade –, o ensaio é constituído por uma constante oscilação entre o olhar para trás, enxergando a tradição viva, e o olhar para a frente, apontando as virtualidades da modernização (WEGNER 2006, p. 350).

São nítidos neste excerto os ecos das reflexões de Walter Benjamin sobre o anjo da história. Para o filósofo, já na tese de número quatorze sobre o conceito de história, a temporalidade histórica deveria ser construída sob um “tempo saturado de ‘agoras’”. De tal maneira como a “Roma antiga [foi] para

Robespierre um passado carregado de 'agoras', que ele fez explodir do *continuum* da história" (BENJAMIN 1994, p. 229-230).

Por meio de tais reflexões, podemos recuperar alguns problemas que norteiam nossa pesquisa, a saber: o ensaio como forma de escrita da história nesse período afirmava sua concreção na medida em que possibilitava um amalgamar de simultaneidade temporal que caracterizava aquele intermédio, ou melhor, aquela *brecha* deixada por eventos marcados pelo entreguerras, por exemplo.¹⁸ Segundo nossas hipóteses, um sentimento de *coevalness* entre distintas temporalidades – estruturas políticas e institucionais arcaicas coabitando com clima festejado de *belle époque* tropical e, tempos depois, modernismo,¹⁹ – bem como a sensação de desordem temporal, representativa da cultura histórica brasileira desde fins do século XIX, porém ainda evidente nas primeiras décadas do XX, requeriam uma forma de escrita que desse vazão a tal simultaneidade temporal.²⁰ No campo da epistemologia, essa *síntese do heterogêneo* (Ricoeur), configurada pelo ensaio, fez-se, portanto, "o ponto de junção propício no Brasil para a relação entre as 'três culturas' [a literatura, as ciências naturais e a sociologia] que marcaram o século XIX, sua forma privilegiada de discurso" (NICOLAZZI 2008a, p. 24).²¹

Historicidade da escrita, do conceito e da disciplina histórica no Brasil: um autor-ponte

Concebida primeiramente como tese, em 1958, para provimento da cátedra de *História da civilização brasileira*, na Universidade de São Paulo, *Visão do paraíso* (1959) até então não havia merecido lugar de destaque no rol dos estudos acadêmicos dedicados à produção do renomado historiador. Como contribuição ao campo da contemporânea história da historiografia e história intelectual, *Urddura do vivido* (2008), de Thiago Lima Nicodemo, procura deslindar, através do diálogo daquela obra com outros textos da produção de Holanda nos anos 1950, os meandros de sua trajetória intelectual, onde o ressaltado "encontro" do crítico literário com o historiador de ofício veio somar forças para enfrentar os impasses e aporias com os quais a disciplina se deparava nessa específica situação. Em outros termos, essa "ponte" edificada entre o legado da fase do crítico literário e modernista de primeira hora e as investigações do historiador, foi, antes de tudo, decisiva no sentido de trazer a lume uma postura antipositivista e, como já afirmado, antirromântica por parte de Sérgio Buarque de Holanda.

211

¹⁸ Para a noção de brecha temporal ver o célebre texto "A quebra entre o passado e o futuro", de ARENDT 2001, p. 28-42. Em excerto definidor afirma a filósofa: "Seria, pois, de certa importância observar que o apelo ao pensamento surgiu no estranho período intermediário que por vezes se insere no tempo histórico, quando não somente os historiadores futuros, mas também os atores e testemunhas, os vivos mesmos, tornam-se conscientes de um intervalo de tempo totalmente determinado por coisas que não são mais e por coisas que não são ainda. Na História, esses intervalos mais de uma vez mostraram poder conter o momento da verdade" (ARENDT 2001, p. 35-36).

¹⁹ Para um pertinente panorama do ambiente das contendas políticas e intelectuais e do clima de *belle époque* da Primeira República, ver SEVCENKO (1983).

²⁰ Cumpre destacar que tal hipótese é originada de projeto que vem sendo coletivamente desenvolvido a partir de NICOLAZZI (2009).

²¹ Para a ideia de "três culturas", ver LEPENIES (1996), o qual propõe uma reflexão de fôlego acerca das tensões, embora no contexto europeu, entre a literatura, as ciências naturais e a sociologia no que tange a sua disputa pelo estatuto privilegiado para o conhecimento científico da sociedade moderna do século XIX.

Em *Visão do paraíso* – cujo *leitmotiv* é refletir acerca da *forma mentis* medieval que atravessara o tempo e o mar em direção ao empreendimento colonizador na América portuguesa, – vê-se o historiador aproveitando progressivamente suas preocupações acerca das questões formais nos textos literários e transformando-as em ferramenta de interpretação histórica. Como argumenta Nicodemo, os elementos formais dos textos de literatura sempre foram por Holanda considerados como dotados de cargas semânticas capazes de fazer emergir elementos condicionantes – temporais e sociais – da sociedade na qual quem os produziu viveu. As opções feitas por certos atores sociais por determinados conjuntos de convenções literárias e não outros, permitem ao estudioso rastrear discursivamente características históricas que clareiam a época e o lugar em que se situam estes atores, características as quais, às vezes, permitem ainda situá-los em movimentos que vão contra tal época ou tal lugar. Daí a ênfase dada por Nicodemo ao que ele considera a principal referência do historiador brasileiro no que tange ao aporte teórico de *Visão do paraíso*: o filólogo Ernst Robert Curtius. A partir do estudo da tópica, empreendido por Curtius em seu *Literatura europeia e Idade Média latina* – obra dedicada, grosso modo, à perscrutação de certas continuidades de *topoi* caros à Idade Média latina em grande parte da literatura europeia até o século XX –, Sérgio Buarque de Holanda, instrumentalizando o eixo norteador da trama desenvolvida pelo autor alemão, transfere para território brasileiro investigação que perpassa o tema da perenidade dos *motivos edênicos* oriundos de uma *mentalité* medieval que configurava a singularidade da forma de colonização portuguesa.²²

212

Ao reduzir o seu foco de análise, Thiago Nicodemo evidencia, mediante registros das arguições de *Visão do paraíso*, a forma como o aclamado autor de *Raízes do Brasil* enfrentou, diante de seu principal opositor e arguidor, o também historiador Eduardo d'Oliveira França, a questão da Modernidade portuguesa, tendo em vista um debate de amplitude intercontinental que, desde o século XIX, foi responsável por mobilizar grandes nomes da historiografia ocidental: o problema dos limites temporais dos períodos que vieram a ser concebidos como Idade Média e Renascimento. Como salientado pelo texto Maria Odila, a concepção de história por Holanda desenvolvida ao longo do tempo, em sua “busca de um equilíbrio difícil entre a palavra e os conceitos” (DIAS 1985), impelia-o a fazer da leitura das fontes – no caso poemas coloniais que anunciavam os motivos edênicos nos descobrimentos lusos – algo para além de registros de uma paisagem exótica e transfigurada pela visão de mundo dos colonizadores. Estas, ao contrário, ofereciam ao historiador uma chave de compreensão capaz de lançar luzes a uma complexa combinação de *lugares-comuns* que faziam transbordar, a partir do texto mesmo, uma gama de significados dotados de historicidade própria. O que aí estava em jogo para

²² É de extrema importância sublinhar aqui o sentido forte da palavra “instrumentalizar”, uma vez que a apropriação, por parte do brasileiro, dos estudos do autor alemão se dá de maneira bastante idiossincrática. Em outras palavras, a topologia de Curtius passa por um processo de adaptação criativa por parte de Sérgio Buarque de Holanda. Como afirma Nicodemo: “Assim os *topoi* provavelmente incorporados na leitura de E. R. Curtius perdem seu conteúdo dogmático e a-histórico e, como observou o crítico Luiz Costa Lima, são utilizados como instrumento de investigação histórica” (NICODEMO 2008, p. 101).

Buarque de Holanda era saber como, balizando-se em poemas que encarnavam tais convenções literárias, podia-se extrair nuances históricas capazes de revelar núcleos permanentes de elementos formais que remetiam à cultura latina europeia. Partindo dessa chave compreensiva, o historiador brasileiro acreditava que os motivos que presidiam a mentalidade dos colonizadores lusos na empreitada rumo às *terras brasilis* estavam situados numa tensão provocada “pela contradição entre a força dogmática da tradição herdada da visão de mundo medieval e a consciência do novo e da Modernidade característica do Renascimento e, a partir [disso], [assomava] o impasse do processo colonizador do Brasil” (NICODEMO 2008, p. 110).

Após tais considerações, no entanto, um fator que não deve passar despercebido em nossa leitura da obra de Nicodemo diz respeito não apenas à *matéria* que compõe *Visão do paraíso*, esta objeto de discordâncias entre a questão em torno da mudança e da permanência temporal na colonização portuguesa, mas esbarra ainda na *maneira* como a narrativa do livro de Holanda é urdida. Se o *ensaio*, este “gênero incerto onde a escritura rivaliza com a análise” (BARTHES 2007, p. 7), foi, nos primeiros decênios do século XX, a forma preponderante de escrita das obras de análise histórico-sociológica, que nas mãos de um Paulo Prado, de um Gilberto Freyre, do próprio Sérgio Buarque e de muitos outros servia como um performático dispositivo com o qual “todos esquadrinhavam, tentavam sínteses e procuravam explicações” (CANDIDO 1985, p. 123) para as mazelas da formação social e histórica da nação, já a partir do final da primeira para a segunda metade dessa mesma centúria, inicia-se, segundo nossas hipóteses, um processo de questionamento da legitimidade do estatuto epistemológico do gênero ensaístico enquanto representação do tempo da nação. Distinto do *regime historiográfico* (Hartog) que abarcava as três primeiras décadas do referido século, cujo *lugar*, para usarmos a cara metáfora de Certeau, era um tanto indiscernível quanto eram permeáveis as várias disciplinas, este, o regime historiográfico compreendido no período de composição da obra *Visão do paraíso*, era orientado pelo afã de profissionalização dos campos de saber e de sua definição como departamentos especializados no seio das universidades então em processo de institucionalização no Brasil. Tal afirmação pode ser corroborada pelo próprio Sérgio Buarque de Holanda num texto por ele escrito nesse período, mais especificamente em 1951, no qual estabelece um balanço de parte da produção historiográfica da primeira metade do século XX. Nele, o historiador procura definir os parâmetros que deveriam presidir os vindouros trabalhos no âmbito da historiografia acadêmica. Nesse sentido, o mais indispensável para ele seria a especialização das áreas na historiografia brasileira, prezando assim pelo estudo acurado e rigoroso da área sobre a qual desejasse determinado estudioso se debruçar. Versando sobre os novos impulsos dados pela história econômica, e iniciados, frisa o autor, por Caio Prado Jr., diz:

É indispensável pensar-se, hoje, que a abordagem dessas questões só será realizável através de um trabalho prévio empreendido por diferentes especialistas que se dediquem, cada qual, a determinada época e a determinados problemas, *não por meio de outras sínteses* onde o particular tende a esfumar-se e a perder-se em proveito de alguma ilusória visão de conjunto (HOLANDA 2010 p. 77, grifo nosso).

Mediante a articulação deste texto com a compreensão mais abrangente do horizonte linguístico que informa as teses de *Visão do paraíso*, Thiago Nicodemo demonstra como a forma com que tais imperativos inscritos no primeiro irão tomar certa concreção, sete anos depois, no segundo texto. Este não deixa de contemplar a ação individual, não a perdendo “em proveito de alguma ilusória visão de conjunto”; porém, doravante, ela só se tornaria aí viável se subsumida a quadros gerais e a conceitos que dessem conta de análises mais globais e de longa duração.²³ A despeito de todos estes quesitos estarem de certa maneira contemplados na *prática* de *Visão do paraíso*, sua *escrita* ainda se orienta pela forma não fixa do gênero ensaio. Forma esta que nesse período não está, a nosso ver, em consonância com o espírito da especialização, cujos estudos monográficos dever-se-iam “[dedicar], cada qual, a determinada época e a determinados problemas, [e] *não por meio de outras sínteses*” (HOLANDA 2010, p. 77, grifo nosso).

Apesar das imperiosas necessidades metodológicas colocadas à historiografia pelo ímpeto academizante do texto de Holanda, vejamos, contudo, os questionamentos por parte da banca examinadora acerca da maneira com a qual a tese do futuro catedrático fora arquitetada:

Com exceção do presidente da banca, Eurípedes Simões de Paula, todos os examinadores manifestaram algum tipo de estranheza em relação à forma da exposição dos argumentos do autor na tese. Para eles, *Visão do paraíso* dificilmente poderia ser classificada como tese acadêmica, uma vez que se adequaria mais à denominação de ensaio. Referindo-se a essa questão, os arguidores utilizaram expressões e palavras como ‘extrema fluidez’, ‘imprecisão’, ‘falta de uma sucessiva ordenação dos assuntos’, ‘acúmulo excessivo de minúcias’ etc. Ressaltavam assim a falta de uma delimitação explícita de uma ideia inicial e uma conclusiva através de um encadeamento também explícito e progressivo de ideias (NICODEMO 2008, p. 104).

Se tempo e narrativa são instâncias do devir humano, que numa compreensão fenomenológica não devem ser consideradas meros reflexos de dada realidade,²⁴ não será o ensaio, tendo em vista seu caráter de escrita de

²³ “Desde sua modernização nos anos 1920 e 1930, a tradição historiográfica francesa, encabeçada pelo grupo fundador da revista *Annales d’histoire économique et sociale*, publicada pela primeira vez em 1929, havia encampado o problema de analisar os fenômenos históricos dentro de contextos mais amplos e profundos da economia e da sociedade, mobilizando o conhecimento de disciplinas emergentes como a antropologia e a sociologia. Tais esforços contrapunham-se ao que esses historiadores consideravam uma história tradicional, concentrada na narrativa de eventos político-militares. A busca por alternativas de interpretação que compreendessem a análise dos fenômenos humanos concretos, articulada a quadros gerais, passou a ser uma das constantes nos trabalhos de história que dialogavam com o contexto acadêmico francês. Dentre as soluções mais correntes podemos citar uma apropriação da ideia de “mentalidade” – uma espécie de palavra mágica que sem grandes discussões teóricas de fundo poderia sintetizar muito bem o confronto entre individual e coletivo nas explicações históricas” (NICODEMO 2008, p. 140-141).

²⁴ Nesse sentido, a postura hermenêutica de Paul Ricoeur é de extremo proveito, pois nos desperta para a consciência acerca do quão problemáticas são as abordagens dicotômicas que separam experiência e discurso, isto é, ação (por uns compreendida como o dado “real”) e texto (que para outros é apenas a tradução do pensamento de seu autor). A concepção por Ricoeur ensejada de uma complexa dinâmica entre tempo e narrativa – onde a “tessitura da intriga”, por sua vez constituinte do que ele denomina uma *síntese do heterogêneo*, é a operação mediadora – considera a construção do texto segundo o exercício da *tríplice mimese*. O texto em si é compreendido como momento de *configuração* da ação, ao qual precede uma *prefiguração* do campo prático e ao qual se segue uma *refiguração* pela recepção por parte do leitor. (RICOEUR 1994, p. 85-125). Segundo o filósofo, “o tempo torna-se tempo humano na medida em que está articulado de modo narrativo; em compensação, a narrativa é significativa na medida em que esboça os traços da experiência temporal” (RICOEUR 1994, p. 15).

fronteiras móveis, o mais plausível dos gêneros capaz de amalgamar eventos e temporalidades de fronteiras também móveis, como é o caso que gerou a tão polêmica matéria em torno de *Visão do paraíso*?²⁵

O artigo de Mateus Henrique de Faria Pereira em coautoria com Pedro Afonso Cristovão dos Santos, "Odisseias do conceito moderno de história" (2010), procura realizar, por meio de dois textos centrais da historiografia brasileira, um rastreamento das transformações de sentido e tensões pelas quais passou o conceito moderno de história. Considerados como dois "textos-ponte" entre duas gerações: *Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen* (1878), de Capistrano de Abreu, e o já aludido *O pensamento histórico no Brasil nos últimos cinquenta anos* (1951), de Sérgio Buarque de Holanda, Pereira e Santos vislumbram naquelas escrituras sintomas de novas experiências do tempo e horizontes de expectativas distintos dos da geração predecessora, bem como inferem dos textos mesmos como se dá o impacto dessas experiências na forma de se conceber a escrita da história. Aproveitando-se particularmente do escopo teórico desenvolvido por François Hartog e Reinhart Koselleck, os autores intentam clarificar, mediante as categorias *regime de historicidade* e *espaço de experiência*, as vias pelas quais as trajetórias intelectuais de Holanda e Abreu se inserem nessa escala temporal de longa duração. Se, de acordo com Koselleck, o chamado "tempo histórico" começa a se constituir a partir de meados para finais do século XVIII,²⁶ na concepção dos dois autores do texto ora comentado ele sofreu variações e nuances definidas pelas ordens temporais específicas as quais, em certa medida, respondia. Ao longo dessas duas centúrias de *História*, portanto, Mateus Pereira e Pedro Afonso dos Santos resgatam, para o contexto brasileiro, as formas com que os dois historiadores dialogavam com as experiências legadas das gerações passadas, bem como as vicissitudes e tensões que estavam implicadas, nos dois textos analisados, entre categorias operativas como monografia e síntese, particular e geral, teoria e empiria, e objetividade e subjetividade.

Em diálogo com um pequeno mas significativo texto do já referido Robert Wegner, "Latas de leite em pó e garrafas de uísque: um modernista na universidade",²⁷ os autores de "Odisseias do conceito moderno de história" sugerem que tanto Capistrano de Abreu como Buarque de Holanda representavam "homens-ponte", "monumentos" da historiografia brasileira. "Capistrano de Abreu", afirmam eles, "pode ser visto como um 'elo' entre duas formas de fazer história, a oitocentista (ou, mais especificamente, a história de meados do Oitocentos), e a 'modernista', por assim dizer, já das primeiras décadas do século XX" (PEREIRA; SANTOS 2010, p. 32). Para o caso de Sérgio Buarque, os autores comungam da ideia de ele também poder ser interpretado

²⁵ "O ensaio pensa em fragmentos, uma vez que a própria realidade é fragmentada; ele encontra sua unidade ao buscá-la através dessas fraturas, e não ao aplainar a realidade fraturada. [...] É por isso que a lei formal mais profunda do ensaio é a heresia. Apenas a infração à ortodoxia do pensamento torna visível, na coisa, aquilo que a finalidade objetiva da ortodoxia procurava, secretamente, manter invisível" (ADORNO 2003, p. 35-45).

²⁶ Ver KOSELLECK 2006, p. 41-60.

²⁷ Ver WEGNER 2008, p. 481-501.

tendo como analogia a metáfora da ponte. Citando Wegner, afirmam: “poder-se-ia dizer que Sérgio Buarque foi um homem-ponte entre os intelectuais de ‘rua’ e o das ‘instituições’, pontes entre o modernismo, o ensaísmo e a história acadêmica” (PEREIRA; SANTOS 2010, p. 34). Pereira e Santos concluem que, embora o conceito moderno de história estivesse ainda muito pulsante nos horizontes de Abreu e Holanda – salvaguardando, advertem os autores, as devidas proporções entre momentos e culturas históricas distintas – ele foi percebido de modo muito rico e complexo. Os famosos historiadores, “monumentos da historiografia brasileira”,

não abandonaram uma concepção realista de história, ou sua pretensão à verdade. Mas ambos perceberam dimensões da complexidade dessa tarefa, na presença constante da reescrita, ou na perspectiva de que novos documentos e novas interpretações obriguem a uma revisão dos conhecimentos estabelecidos (PEREIRA; SANTOS 2010, p. 56).

216

A nosso ver, o ponto nodal das investigações tanto de Thiago Lima Nicodemo como das realizadas por Mateus Pereira e Pedro Afonso dos Santos está no fato de trazerem à baila, cada qual ao seu modo, a forma com que a história, em sua acepção moderna, [*Geschichte*], vinha já sofrendo nesse período, idos de 1950, transformações significativas no que diz respeito à tensão entre o espaço de experiência no qual ela vinha sendo produzida, majoritariamente, fim do século XVIII e ao longo do século XIX, e o horizonte de expectativa que almejava alcançar. Em outras palavras, anunciam em seus escritos consciências históricas e/ou historiográficas que, por múltiplas circunstâncias, acompanham a paulatina erosão de uma *história singular coletivo* não mais capaz de sustentar uma experiência temporal progressiva fadada ao sucesso inexorável do devir humano. Consciências que se opuseram às pretensões de um tipo de historiografia que, erguendo seus mitos fundantes da nacionalidade mediante apropriações de certos *futuros passados*, contribuiu na construção de tempos cujas experiências sombrias dos regimes totalitários e das catástrofes das duas Grandes Guerras homens como Benedetto Croce, Marc Bloch, Meinecke e o próprio Sérgio Buarque de Holanda não puderam se esquivar. Como conclui Thiago Nicodemo, “talvez mais do que um autor ou um livro, o objeto deste estudo seja uma estrutura histórica e seus reflexos no pensamento historiográfico. Essa estrutura é relacionada ao sentimento de mal-estar da modernidade do século XX [...]” (NICODEMO 2008, p. 44).

Estrutura histórica que, como pudemos observar, envolve transformações responsáveis por provocar impactos tanto nos modos de se encarar as *práticas* historiográficas como nos modos de se instituir seus *lugares*; mas em compensação, o foro privilegiado de verificação de tais impactos se atesta na forma mesma de se conceber e *escrever* a história.²⁸

²⁸ É nesse último viés, o da escrita propriamente dita, que, através dos recursos formais expostos pelos resultados nela condensados: temporalidades narrativas, aparatos de remissão etc., os quais evidenciam em certa medida o percurso do autor em sua “armação da intriga”, podemos investigar as “regras próprias” às quais se submeteu e que, por sua vez, “exigem ser examinadas por elas mesmas” (CERTEAU 2000, p. 66).

Considerações finais: notas de uma agenda investigativa

A partir de reflexões pontuais e da interlocução com parte da recente fortuna crítica de *Raízes do Brasil*, a hipótese que ora se levantou foi a de que a *historicidade do historiador*, ao longo do período o qual sugerimos marcar a trajetória desse autor-ponte, décadas de 1930 a 1950, *acompanhou, a nosso ver, a própria historicidade do gênero ensaístico*, desde o seu vigor – tal como aventado na primeira seção deste trabalho – até sua suposta desventura – sugerida na segunda seção tendo em vista duas de suas produções da década de 1950. No limite, estaria o ensaio, pelas penas de Holanda, se “profissionalizando”, por assim dizer? Qual seria o estatuto epistemológico implicado nas modificações efetuadas já na terceira edição do ensaio de estreia do autor, se comparado ao estatuto da escrita em *Visão do paraíso*?

Ao comentarem a vasta e profícua produção de Sérgio Buarque, não raro importantes autores – mesmo que *en passant* – sugerem a empreitada de parte daquilo que durante a pesquisa intentaremos efetivar, isto é, um estudo detalhado da primeira obra do autor, seguido de um cotejamento de suas primeiras edições.²⁹ No famoso posfácio que acompanha a 26ª edição de *Raízes do Brasil*, o historiador Evaldo Cabral de Mello adverte sobre a urgência de um estudo comparativo das primeiras edições da obra, uma vez que, segundo ele, nos dez anos que marcam o percurso das mudanças efetuadas por Holanda, da primeira para a segunda edição, percebe-se já a transição de um discurso de corte sociológico para um discurso eminentemente historiográfico.³⁰

Ora, não se aguarda tal iniciativa por mera ocasião, uma vez que o interesse pelo estudo da obra do autor vem, como tentamos demonstrar, recuperando muito recentemente a força que o espírito da academia no Brasil lhe arrebatara, principalmente se pensarmos na questão da *memória disciplinar* instituída, a partir da década de 1950, pela “sociologia científica” e, mais tarde, por certa historiografia, como problematizado em nota anterior. Ao saírem-se “vencedoras” do embate com o *ensaio histórico-sociológico* de outrora, essas disciplinas constituíram em torno de seus projetos (padrões de cientificidade) comunidades discursivas responsáveis, em certa medida, por relegar aquele

²⁹ Ver, por exemplo, o sugestivo “O exílio como eixo: bem sucedidos e desterrados. Ou: por uma edição crítica de *Raízes do Brasil*” (ROCHA 2004, p. 105-141). Neste ensaio o autor empreende desdobramentos de algumas das teses insinuadas no livro de 1998, já comentado neste trabalho. Aqui, numa comparação exaustiva entre as mudanças efetuadas no primeiro parágrafo da primeira e da segunda edição de *Raízes do Brasil*, Castro Rocha intenta dar relevo à temática do exílio na formação da cultura brasileira. E, como hipótese central, sugere que há um paradoxo não resolvido, entre a edição de 1936 e 1947, na famigerada assertiva buarquiana de que “somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra”.

³⁰ “A elaboração de *Raízes do Brasil* saldou-se por uma inflexão de estratégia intelectual de Sérgio Buarque. Se ela hoje não parece tão evidente assim é que o texto que o leitor tem em mãos já não é o texto da primeira edição de *Raízes* mas o da segunda, publicada em 1947, e que foi substancialmente modificado pelo seu autor na esteira de mudança de percurso que efetuara nos dez anos anteriores. Para perceber todo o escopo desta mudança, será necessário proceder a uma criteriosa comparação entre o texto de 1936 e o de 1947 [...]” (MELLO 1995, p.192). O caráter artificial desta cisão entre dois momentos distintos do pensamento do autor, ao longo da trajetória das edições de *Raízes do Brasil*, é questionado, entre outros, por Pedro Meira Monteiro, para quem a preocupação com a história em *Raízes do Brasil* deve ser compreendida como uma “pedra fundamental” na carreira do Sérgio Buarque de Holanda historiador. Ver MONTEIRO 1999, p. 161.

gênero de escrita ao plano da noção de “pré-ciência”.³¹ Entre outros fatores, arriscaríamos na ligeira hipótese segundo a qual as consequências de uma lacuna sofrida pelos estudos sobre a historiografia produzida na Primeira República e décadas seguintes,³² onde tal período parece, não raras vezes, ser encarado como uma mera *transição* entre o contexto imperial e aquele das instituições especializadas, podem estar relacionadas à instituição de tal memória disciplinar.³³

Assim sendo, a ênfase na primeira edição de *Raízes do Brasil* vem a calhar no sentido de preencher uma lacuna bibliográfica nos estudos sobre a obra do nosso autor, na medida em que, mesmo os estudiosos mais especializados, não tocam com afinco o problema da *historicidade* do livro. Ora, o fato de a referida obra ser concebida como um “clássico de nascença” (CANDIDO 2006, p. 236) somente a partir da década de 1960 implica de antemão problemas relacionados à textualidade e à interpretação, e, no limite, ao cânone e à tradição. Se uma interpretação que se quer produtiva leva em conta a fusão de horizontes na qual se insere uma determinada obra, desde a primeira manifestação de seu *ser-aí* até a situação na qual se compreende o seu intérprete, cabe a esse último a tarefa de questionar certas interpretações passadas que, se por um lado instauraram um “novo” a partir da obra interpretada, ou, para recuperar Foucault (1996, p. 25), “[disseram] enfim o que estava articulado silenciosamente no texto primeiro”, terminam, às vezes, por silenciar, com o seu “novo”, possibilidades vivas que o ser-obra proporciona incessantemente. Como salienta Gadamer (1997, p. 457): “a fusão se dá constantemente na vigência da tradição, pois nela o velho e o novo crescem sempre juntos para uma validade vital, sem que um e outro cheguem a se destacar explicitamente por si mesmos”. Isso posto ao nosso caso, quais os elementos da tradição anteriores ao “marco 1967” – o qual, parece-nos, destacou-se, em certos momentos de sua recepção, quase que por si mesmo – poderiam ser resgatados do nosso famigerado livro? Quais as possibilidades nele submergidas poderiam ser assomadas, se lembrarmos com Dominick LaCapra que “a interação entre as tendências documentária e de ser-obra provoca uma tensão que só é neutralizada através de processos de controle e exclusão” (LACAPRA 1998, p. 248).

³¹ “Se é aceitável que a questão da ciência, se resolve fora do âmbito da forma, eliminar a aspiração à autonomia formal do ensaio, seria submetê-lo, como, o próprio Adorno o nota, à concepção positivista. Ou seja, o uso de conceitos e a reivindicação da verdade afasta o ensaio do campo da arte, sem o dispor no campo da ciência e seu lugar não se esgota nem por um, nem por outro” (COSTA LIMA 2005, p. 96).

³² Dentre as mais recentes produções brasileiras que elegem o discurso histórico como carro-chefe em suas investigações, abordando novas possibilidades abertas pelas contemporâneas história da historiografia e história intelectual, e cujo recorte abarca as décadas finais do século XIX e as iniciais do XX, encontram-se, certamente, os trabalhos de OLIVEIRA (2006); VENÂNCIO (2003); TURIN (2005); GOMES (2009; 1996); ARAÚJO (2005) e NICOLAZZI (2008b).

³³ Ao fim de toda disputa geracional por representação – fenômeno mais que comum no universo acadêmico – o lado que alcançou a consecutiva “glória”, torna-se responsável por “silenciar” as propostas da matriz, por assim dizer, “vencida”; e mais ainda, na ânsia de se tornar hegemônica, leva a cabo a empresa de uma *memória disciplinar* das formas de representação que se deseja consolidar no mundo. “A historiografia como investigação sistemática acerca das condições de emergência dos diferentes discursos sobre o passado, pressupõe, como condição primeira, reconhecer a historicidade do próprio ato de escrita da história, reconhecendo-o como inscrito num tempo e lugar. Em seguida, é necessário reconhecer esta escrita como resultado de disputas entre memórias, de forma a compreendê-la como parte das lutas para dar significado ao mundo. Uma escrita que se impõe tende a silenciar sobre o percurso que levou-a à vitória, que aparece ao final como decorrência natural; perde-se desta forma sua ancoragem no mundo” (GUIMARÃES 2000, p. 32).

Referências bibliográficas

- ADORNO, Theodor W. **Notas de literatura I**. Tradução de Jorge de Almeida. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2003.
- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. **Guerra e paz: Casa-grande & senzala** e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30. 2ª. edição. São Paulo: Editora 34, 2005.
- ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. Tradução de Mauro W. Barbosa de Almeida. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- AVELINO FILHO, George. As raízes de *Raízes do Brasil*. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 18, setembro de 1987.
- BARTHES, Roland. **Aula**: aula inaugural da cadeira de semiologia literária do Colégio de França, pronunciada dia 7 de janeiro de 1977. Tradução e posfácio de Leyla Perrone Moisés. SP: Cultrix, 2007.
- BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política**: obras escolhidas. São Paulo, Brasiliense, 7ª edição, v. 1, 1994.
- CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. 7ª edição. São Paulo: Ed. Nacional, 1985.
- _____. O significado de *Raízes do Brasil*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 5ª ed. Rio de Janeiro. José Olympio, 1969.
- _____. O significado de *Raízes do Brasil*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Edição comemorativa dos 70 anos. Organização de Ricardo Benzaquen de Araújo e Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- _____. Prefácio. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 4ª ed. Brasília: Editora UnB, 1967.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- COSTA LIMA, L. **Limites da voz (Montaigne, Schlegel, Kafka)**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.
- DE DECCA, Edgar Salvadori. Ensaio de nacionalidade: cordialidade, cidadania e desterro na obra de Sérgio Buarque de Holanda. **Locus**: revista de história da UFJF, Vol. 12, nº 1, 2006.
- DIAS, Maria Odila L. da Silva. Estilo e método na obra de Sérgio Buarque de Holanda. In: _____. **Sérgio Buarque de Holanda**: vida e obra. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, Universidade de São Paulo, 1988.
- _____. Sérgio Buarque de Holanda, historiador. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Sérgio Buarque de Holanda**. São Paulo: Ática, 1985. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, 51)
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no College de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Loyola, 1996.
- GADAMER, Hans Georg. **Verdade e método**. 4ª ed. Traduzido por Flávio Paulo Meurer. Petrópolis: Vozes, 1997.

- GENETTE, Gérard. **Paratexts**: thresholds of interpretation. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- GOMES, Angela M. de Castro. **A República, a história e o IHGB**. 1ª ed. Belo Horizonte: Argumentvm, 2009.
- _____. **História e historiadores**: a política cultural do Estado Novo. 1ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Usos da história, refletindo sobre identidade e sentido. **História em revista**, Pelotas, v. 6, dezembro de 2000.
- HARTOG, François. **Régimes d'historicité**: présentisme et expérience du temps. Paris: Éditions du Seuil, 2003.
- HOLLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1936.
- _____. **Raízes do Brasil**. 2ª ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: José Olympio, 1947.
- _____. **Tentativas de mitologia**. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- _____. **Raízes de Sérgio Buarque de Holanda**. Organização de Francisco de Assis Barbosa. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2ª ed., 1989.
- _____. **Sérgio Buarque de Holanda**. O espírito e a letra: estudos de crítica literária. Vol. 1 e 2. Organização de Antonio Arnoni Prado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- _____. O pensamento histórico no Brasil nos últimos cinquenta anos. In: PEREIRA, Mateus Henrique de F.; SANTOS, Pedro Afonso Cristóvão dos. Odisseias do conceito moderno de história. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, nº 50, março de 2010.
- IANNI, Octavio. **Raças e classes sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC/RJ, 2006.
- LACAPRA, Dominick. Repensar la historia intelectual e leer textos. In: PALTÍ, E (Org.). **Giro lingüístico e historia intelectual**. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1998.
- LEPENIES, Wolf. **As três culturas**. Tradução de Maria Clara Cescato. São Paulo: Edusp, 1996.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *Raízes do Brasil* e depois. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- MONTEIRO, Pedro Meira. **A queda do aventureiro**: aventura, cordialidade e os novos tempos em *Raízes do Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.
- MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da cultura brasileira**: pontos de partida para uma revisão histórica. 9ª edição. São Paulo: Ática, 1994.
- NICODEMO, Thiago lima. **Urdidura do vivido**: *Visão do Paraíso* e a obra de Sérgio Buarque de Holanda nos anos 1950. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

NICOLAZZI, Fernando. **Ordem do tempo e escrita da história: considerações sobre o ensaio histórico no Brasil**. Mimeo, 2008a, p. 1-27.

_____. **Um estilo de história**: a viagem, a memória, o ensaio. Sobre *Casa grande e senzala* e a representação do passado. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008b.

_____. **Ensaio histórico e escrita da história: a historiografia brasileira entre 1870 e 1940**. Projeto de pesquisa apresentado ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PROBIC/FAPEMIG) da Universidade Federal de Ouro Preto, 2009.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. **Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu (1853-1927)**. Dissertação de mestrado em história. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

PEREIRA, Mateus Henrique de F.; SANTOS, Pedro Afonso Cristóvão dos. "Odisseias do conceito moderno de história". **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, nº 50, março de 2010.

PRADO, Paulo. **Retrato do Brasil**: ensaio sobre a tristeza brasileira. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia, 1928.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Tomo I. Tradução de Constança Marcondes Cesar. Campinas: Papirus, 1994.

ROCHA, João Cezar de Castro. **Literatura e cordialidade**: o público e o privado na cultura brasileira. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

_____. **O exílio do homem cordial**: ensaios e revisões. Rio de Janeiro: Museu da República, 2004.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1983.

TURIN, Rodrigo. **Narrar o passado, projetar futuro**: Sílvio Romero e a experiência historiográfica oitocentista. Dissertação de mestrado em história. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

VENÂNCIO, Giselle. **Na trama do arquivo**: a trajetória de Oliveira Vianna (1883-1951). Tese de doutorado em história. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

WEGNER, Robert. **A conquista do Oeste**: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.

_____. Latas de leite em pó e garrafas de uísque: um modernista na universidade. In: MONTEIRO, Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kennedy (orgs.). **Sérgio Buarque de Holanda**: Perspectivas. Campinas: Editora da UNICAMP; Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.

_____. Um ensaio entre o passado e o futuro. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Edição comemorativa dos 70 anos. Organização de Ricardo Benzaquen de Araújo e Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.